



DECRETO MUNICIPAL Nº 013, DE 1º DE MAIO DE 2020.

DISPÕE SOBRE REGRAS DE FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS E DO SERVIÇO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE BURITIRANA EM RAZÃO DA PREVENÇÃO E COMBATE A COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BURITIRANA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência de infecção humana pelo Novo Coronavírus, especialmente a obrigação de articulação dos gestores do SUS como competência do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública;

CONSIDERANDO os Decretos Estaduais 35.661, 536.662, 35.677, 35.678, 35.714, 35.745 e 35.746, todos editados no intuito de implementar medidas e estratégias no combate e prevenção à COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 35.731, de 11 de abril de 2020, que reconheceu aos prefeitos municipais a possibilidade de suspender as restrições às atividades econômicas dentro do âmbito de cada Município;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu aos Municípios, Estados e Distrito Federal a competência para a adoção das medidas normativas e administrativas necessários ao enfrentamento da Covid-19;

CONSIDERANDO que no Boletim Epidemiológico do dia 30/04/2020 (vinte e nove de abril de dois mil e vinte) constam 6 (seis) casos suspeitos de COVID-19 no âmbito do Município de Buritirana,

DECRETA:

Art. 1º. Fica mantida a prática do distanciamento social, como forma de evitar a transmissão comunitária da COVID-19 e proporcionar o achatamento da curva de proliferação do vírus no Município de Buritirana.

Art. 2º. Obrigatoriamente devem permanecer em isolamento social (em casa):

- I. pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
- II. crianças (0 a 12 anos);
- III. imunossuprimidos, independentemente da idade;



- IV. portadores de doenças crônicas;
- V. gestantes e lactantes.

Art. 3º. É obrigatório, em todo o Município de Buritirana, o uso de máscaras de proteção, descartáveis, caseiras ou reutilizáveis, como medida não farmacológica destinada a contribuir para a contenção e prevenção da COVID-19, infecção humana causada pelo Coronavírus (SARS - CoV-2).

§1º. As máscaras de proteção devem ser utilizadas em locais públicos e em locais de uso coletivo, ainda que privados.

§2º. O uso de máscara em ambiente domiciliar poderá ocorrer conforme recomendação médica.

§3º. O Poder Público adotará as medidas necessárias para produção, distribuição e entrega de máscaras de proteção, em especial, para as pessoas em situação de rua e população baixa renda.

Art. 4º. Podem permanecer em atividade (abertas) as empresas prestadoras de serviços ou fornecedoras de produtos essenciais, listadas no Anexo I do presente Decreto.

Parágrafo Único. É responsabilidade das empresas:

- I. fornecer máscaras, ainda que de tecido, para todos os funcionários, em até 5 (cinco) dias, a contar da publicação desse decreto;
- II. controlar a lotação:
 - a. de 1 (uma) pessoa a cada 3 (três) metros quadrados do estabelecimento, considerando o número de funcionários e clientes;
 - b. organizar filas com distanciamento de 2 (dois) metros entre as pessoas, por meio de marcação no solo ou uso de balizadores, interna e externamente, se necessário;
 - c. controlar o acesso de entrada;
 - d. controlar o acesso de apenas 1 (um) representante por família (mercados, supermercados e farmácias);
 - e. manter a quantidade máxima de 5 (cinco) pessoas por guichê/caixa em funcionamento (mercados, supermercados e farmácias);
- III. manter a higienização interna e externa dos estabelecimentos com limpeza permanente;
- IV. priorização para trabalho remoto para atividades administrativas;
- V. adotar o monitoramento diário de sinais e sintomas dos colaboradores/empregados, e na hipótese de suspeita de gripe ou Covid-19, deve ser enviado o colaborador para casa, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 5º. Restaurantes e lanchonetes poderão atender ao público, desde que cumprindo obrigatoriamente as seguintes exigências, sob pena de fechamento compulsório:



- I. lotação de 50% (cinquenta por cento) da capacidade do local;
- II. reduzir número de mesas e manter distanciamento mínimo de 2 (dois) metros entre cada mesa;
- III. suspender a utilização do sistema de buffet (*self service*), adotando práticas de servir aos clientes sem estes terem acesso aos utensílios de uso coletivo e filas;
- IV. fornecer máscaras para todos os funcionários;
- V. determinar o uso pelos funcionários de tocas e máscaras no manuseio de alimentos e utensílios;
- VI. fornecer álcool em gel ou álcool 70% (setenta por cento) ou local para higienização das mãos com sabão para todos os usuários;
- VII. higienizar copos, pratos e talheres da maneira correta;
- VIII. os empregados que manipularem itens sujos, como restos de alimentos, sempre deverão fazer uso de luvas;
- IX. manter a higienização interna e externa dos estabelecimentos com limpeza permanente;
- X. dispor de detergentes e papel toalha nas pias;
- XI. higienizar os sanitários constantemente e dispor de sabonete líquido, papel toalha e lixeiras.
- XII. organizar filas com distanciamento de 2 (dois) metros entre as pessoas, por meio de marcação no solo ou uso de balizadores, interna e externamente, se necessário;
- XIII. priorização para trabalho remoto para atividades administrativas;
- XIV. adotar o monitoramento diário de sinais e sintomas dos colaboradores/empregados, e na hipótese de suspeita de gripe ou covid-19, deve ser enviado a colaborador para casa, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 6º. Fica mantido o fechamento de bares e casas de eventos e shows, determinado no inciso II, artigo 3º do Decreto Municipal nº 006/2020, sendo autorizado somente a entrega a domicílio (*delivery*), retirada no balcão (*drivethru*), observando todas as regras de higiene e etiqueta determinadas pela Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde.

Art. 7º. Os estabelecimentos comerciais (aqueles serviços que não são considerados como essenciais) poderão manter suas atividades em funcionamento, observando as seguintes regras:

- I. fornecer máscaras para funcionários e álcool em gel ou álcool 70% (setenta por cento) ou local para higienização das mãos com sabão;
- II. controlar a lotação de 1 (uma) pessoa a cada 3 (três) metros quadrados, considerando o número de funcionários e clientes;
- III. organizar filas com distanciamento de 2 (dois) metros entre as pessoas, por meio de marcação no solo ou uso de balizadores, interna e externamente, se necessário;
- IV. manter a quantidade máxima de 5 (cinco) pessoas por guichê/caixa em funcionamento;
- V. manter os sanitários constantemente higienizados e dispor de sabonete líquido, papel toalha e lixeiras;



- VI. manter a higienização interna e externa dos estabelecimentos com limpeza permanente;
- VII. definir escalas para os funcionários ou priorização para trabalho remoto para atividades administrativas, quando possível;
- VIII. adotar o monitoramento diário de sinais e sintomas dos colaboradores/empregados, e na hipótese de suspeita de gripe ou covid-19, deve ser enviado o colaborador para casa, sem prejuízo de sua remuneração.

§1º. O horário de atendimento das atividades consideradas não essenciais deverá iniciar às 8h (oito horas), podendo se estender até às 13h (treze horas), independentemente da autorização constante em alvará.

§2º. Fica permitido ao comércio em geral, varejista e atacadista, operar pelo sistema de entrega a domicilio (delivery) durante segunda a sábado, sendo imprescindível a adoção de medidas de prevenção e enfrentamento a COVID-19.

Art. 8º. Fica estabelecido que as instituições bancárias e lotéricas poderão manter atendimento presencial de usuários, desde que observado:

- I. lotação máxima de 1 (uma) pessoa a cada 3 (três) metros quadrados;
- II. marcação no solo ou uso de balizadores das filas com distanciamento de 02 (dois metros) entre as pessoas, dentro e fora do estabelecimento;
- III. manter a higienização interna e externa dos estabelecimentos com limpeza permanente.

Art. 9º. Permanece suspensa a realização de todos os eventos públicos ou particulares, de qualquer natureza, bem como a concessão de licenças ou alvarás, feiras livres, eventos esportivos de qualquer porte.

Art. 10º. Fica mantida proibição de concentração e permanência em espaços públicos de uso coletivo como praças, parques, quadras e campos esportivos, ou privados, como casa de eventos ou shows.

Art. 11º. Fica mantido o sistema de escala de trabalho, a ser definido no âmbito de cada Secretaria Municipal, para os servidores públicos, a exceção dos servidores que se enquadrem no art. 2º deste decreto, que deverão permanecer em trabalho remoto.

§1º. Ficam as secretarias municipais obrigadas a cumprir as seguintes regras, além de outras eventualmente determinadas pela Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde:

- I. fornecer máscaras e álcool em gel ou local para higienização das mãos para os servidores;
- II. manter os sanitários constantemente higienizados e dispor de sabonete líquido, papel toalha e lixeiras;
- III. manter a higienização interna e externa das secretarias com limpeza permanente;



- IV. organizar filas para atendimento ao público com distanciamento de 2 (dois) metros entre as pessoas, por meio de marcação no solo ou uso de balizadores, interna e externamente, se necessário;
- V. adotar o monitoramento diário de sinais e sintomas dos colaboradores/servidores.

§2º. Confirmada a infecção ou a suspeita de contaminação pela COVID-19 ou outra doença, o servidor será imediatamente afastado de suas atividades laborais, devendo, posteriormente, fazer as comprovações necessárias junto a Administração Pública, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 12º. A partir do dia 02/05/2020 (dois de maio de dois mil e vinte) os cultos religiosos só poderão ser celebrados através de transmissões remotas na modalidade de “lives”, sendo vedadas quaisquer outras formas, devendo estar presencialmente no local, fonte da transmissão (de onde o sinal se origina), apenas o celebrante e a equipe mínima necessária à operacionalização da transmissão, de modo que não sejam formadas aglomerações.

Art. 13º. Ficam suspensos, a partir das 00h (zero horas) do dia 03/05/2020 (três de maio de dois mil e vinte) até as 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia 10/05/2020 (dez de maio de dois mil e vinte), os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, com entradas e saídas do município de Buritirana, sob pena de multa e aplicação das demais penas cabíveis ao caso.

§1º. A medida abrange todos os tipos de transporte coletivos, tais como:

- I. convencional de Vans, ônibus e assemelhados;
- II. alternativo ou complementar, através de cooperativa de transporte ou não;
- III. de fretamento ou turismo.

§2º. A fiscalização dar-se-á mediante a realização de blitz efetuada em uma ação conjunta entre a Polícia Militar e a Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Epidemiológica.

§3º. Serão instaladas de barreiras com a finalidade de controle sanitário nos acessos principais ao Município, a partir das 00h (zero horas) do dia 03/05/2020 (três de maio de dois mil e vinte), até às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia 10/05/2020 (dez de maio de dois mil e vinte).

§4º. A suspensão dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros a que se refere o *caput* não afeta o transporte coletivo de pacientes para realização de tratamento de saúde fora de seu domicílio.

Art. 14º. Fica mantida a suspensão, por prazo indeterminado, das aulas presenciais das escolas da rede pública e privada de ensino.

Art. 15º. A fiscalização das medidas determinadas por esse decreto será realizada pela Vigilância Epidemiológica e Polícia Militar.



Art. 16º. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes deverão apurar as práticas das infrações administrativas, conforme o caso previsto nos incisos VII, VIII, X, XXIX, XXXI do art. 10 da Lei Federal 6.437 de 20 de agosto de 1977, bem como o ilícito penal previsto no art.268 do Código Penal.

§1º Sem prejuízo da sanção penal legalmente prevista, o descumprimento das regras disposta nesse Decreto enseja a aplicação das sanções administrativas abaixo especificada, prevista na Lei Federal 6.437 de 20 de agosto de 1977:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. interdição parcial ou total do estabelecimento.

§2º. As sanções previstas no parágrafo anterior serão aplicadas pelo Secretário Municipal de Saúde ou por quem esse delegar competência, nos moldes do art. 14 da lei Federal 6.437 de 20 de agosto de 1977.

Art. 17º. Todas as dúvidas referentes as normas contidas nos Decretos Municipais de enfrentamento a COVID-19, serão respondidas, exclusivamente, pelos telefones constantes no Anexo VI do Plano Municipal de Contingência, publicado como Anexo ao Decreto Municipal nº 006/2020.

Parágrafo Único. Os casos omissos resolvidos pelo Comitê Municipal de Prevenção e Combate ao COVID-19.

Art. 18º. As determinações desse Decreto poderão ser revistas a qualquer tempo, tornando-se mais rígidas, de acordo com as recomendações do Governo do Estado do Maranhão, Ministério da Saúde ou Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 19º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas eventuais disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BURITIRANA, ESTADO DO MARANHÃO,
EM 1º DE MAIO DE 2020.**


Vagtonio Brandão dos Santos
Prefeito Municipal



ANEXO I

**LISTA DE ATIVIDADES ECONÔMICAS QUE PRESTAM SERVIÇOS CONSIDERADOS
ESSENCIAIS, NA FORMA CONSTANTE NO ARTIGO 2º DO DECRETO MUNICIPAL Nº
009/2020.**

1. assistência médico-hospitalar, a exemplo de clínicas, laboratórios e demais estabelecimentos de saúde;
2. estabelecimentos como bares, restaurantes, lanchonetes, depósito de bebidas, lavanderias, e outros que sejam assemelhados, deste que unicamente em sistema de delivery, *drivethru* ou retirada no próprio estabelecimento, mediante pedidos via telefone ou internet;
3. distribuição e a comercialização de gêneros alimentícios por supermercados e congêneres;
4. distribuição e a comercialização de medicamentos e de material médico-hospitalar;
5. serviços relativos ao tratamento e abastecimento de água;
6. serviços relativos à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;
7. serviços de captação e tratamento de lixo;
8. serviços funerários;
9. serviços de telecomunicação;
10. atividades ligadas à iluminação pública;
11. processamento de dados ligados a serviços essenciais;
12. atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância;
13. fabricação e comercialização de materiais de construção, bem como os serviços de construção civil;
14. serviços de fabricação, distribuição e comercialização de produtos óticos;
15. borracharias, oficinas e serviços de manutenção e reparação de veículos;
16. atividades das empresas do segmento de controle de vetores e pragas urbanas;
17. também são consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte, e a disponibilização dos insumos necessários a cadeia produtiva relativas ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais.